

O PODER DAS MULHERES NA MONARQUIA EM ISRAEL

Leyde Maria M. Leite
Zuleica Aparecida Silvano

Parece-nos estranha a idéia de falar sobre o poder das mulheres num período em que se fala de reis e, quando muito, da “mãe do rei”.

Talvez a primeira pergunta que podemos fazer é: quais são os sentidos desse termo “poder”?

Muitas pessoas se sentem incomodadas ao ver e sentir como o poder é exercido bem como as relações entre as pessoas hoje.

No cotidiano surgem inúmeras definições baseadas nas experiências que visualizamos, como, por exemplo, o aspecto negativo do poder como capacidade de corrupção, o autoritarismo, a força de coerção, o poder vestido do econômico que massacra o povo e o leva à miséria, a força da violência, a dinâmica da brutalidade que leva à guerra e ao ódio, o patriarcalismo, o clericalismo e tantas outras formas de opressão do poder.

Há também a força da democracia, a autoridade da palavra que transforma, que faz renascer a esperança, o poder como capacidade de amar, o amor que cura, o poder como manifestação da força do mutirão, das organizações humanitárias, da força da união, da solidariedade.

O termo “poder”, no dicionário¹, significa:

- Possibilidade;
- faculdade de impor obediência;
- império, soberania;
- força ou influência;
- força física ou moral;
- conjunto de direitos do marido sobre a pessoa e os bens da mulher;
- virtude;
- capacidade de fazer uma coisa;
- direito de exercer funções.

1. Cf. Poder. In: Walter Weiszflog (editor). *Dicionário Michaelis*. São Paulo: Melhoramentos.

1. Falando de mulher

Poder no âmbito privado

Para a mulher, o direito de exercer funções ficou durante muito tempo fechado ao âmbito da vida privada. A casa era o “horizonte” da mulher; lá dentro ela era a “rainha” – dava ordens; cuidava da casa-objeto, dos filhos... e do bem-estar do marido. Estas eram suas funções. Ela passava do domínio do pai para o do marido.

Este quadro começou a mudar quando a mulher começou a buscar “horizontes novos”, sabendo-se capaz de realizações maiores.

Poder no âmbito público

A mulher conquistou o direito ao voto, ao estudo, à independência financeira, à autonomia frente à autoridade paterna/masculina.

Hoje as mulheres representam 44,4% da população economicamente ativa; 26% das famílias são sustentadas por mulheres. Na universidade, elas representam 55,6%. Na política adquiriram o direito a candidaturas. Assim as mulheres participam cada vez mais das atividades políticas, seja como eleitoras, ou como candidatas².

A partir do estudo e conseqüentemente do trabalho e do poder aquisitivo a mulher se desloca do antigo papel de submissa em relação ao masculino para o papel-sujeito. Temos, porém, conhecimento de que, mesmo com estas conquistas, em várias situações permanecem os preconceitos sociais e culturais.

Vê-se, na história, que no poder exercido pelo sistema patriarcal a exploração e a opressão passam a ser direito, passam a ser legais. Os direitos sobre a mulher e seus bens estão na definição dos dicionários.

O corpo da mulher é explorado como objeto sexual para vender carros, bebidas, turismo. O preconceito cultural também se revela na violência contra a mulher em nível psicológico, econômico, físico³. É o poder exercido sobre a vida do outro.

O poder na ótica da mulher

A construção de novo conceito-lugar do poder traz novas motivações para as mulheres neste momento histórico.

O poder não é algo que nos é dado por uma pessoa, ou seja, não é algo exterior a nós, dependente só das oportunidades, dos espaços que nos dão ou não, ou da boa intenção de cada um. Ele é uma das dimensões fundamentais do ser humano; em outras palavras, faz parte da vocação e missão que Deus confiou a todas as pessoas.

2. BERGESCH, Karen. Poder e violência a partir da ótica da mulher. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana* (RIBLA). Petrópolis: Vozes, n. 41, p. 129-137, 2002/1.

3. *Ibid.*

“Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus Ele o criou; *criou-os macho e fêmea*. Deus os abençoou e lhes disse: ‘*Sede fecundos e prolíficos, enchei a terra e dominai-a. Submetei os peixes do mar, os pássaros do céu e todo animal que rasteja sobre a terra*’” (Gn 1,27-28). Diante desses versículos, é notório que o poder é um dom inscrito no mais profundo do nosso ser e que nos capacita para conciliar os interesses de cada um e de todos. Mas, não podemos perder de vista que esse poder é limitado, pois não somos “deuses”, e, sim, criaturas. Pois quando perdemos essa dimensão de criatura e desvinculamos do termo “poder” a idéia de vocação e missão recebida por Deus, caímos na perversão do poder e aí o mesmo se transforma em sinônimo de dominação (Gn 3,16), de violência (Gn 4,8), de injustiça, de instrumentalização da vida do outro para satisfazer as necessidades individuais. Por isso, não desejamos abordar o poder no seu aspecto sociológico, como “poder sobre”, pois seria difícil analisar qual é o poder das mulheres, já que os textos aqui analisados trazem em suas entranhas uma sociedade patriarcal. Mas, desejamos analisar esse período chamado “Monarquia em Israel”, tendo presente o poder das mulheres no seu aspecto antropológico. O poder como algo que faz parte da condição humana, ou seja, inerente a nosso modo de ser relacional. Assim, podemos dizer que o poder decorre do ser, uma vez posto em relação.

Para a mulher, a vida é a grande motivação, o fim maior e justificador⁴. Ela encontra sempre maneiras novas e criativas de organização, tendo em vista a melhor qualidade de vida. A mulher sabe de que lado Deus está. É a criatura em perfeita sintonia com o Criador no poder de gerar vida e vidas, mas acima de tudo reconhece a gratuidade de Deus. Ele a fez criatura e marca presença em sua vida.

A mulher possibilita, com essa discussão e reflexão, na sociedade, na comunidade, na família, uma nova visão do poder, nova maneira de organizar as relações além das organizações do “poder oficial”.

Ela estabelece um poder intencional/profético de quem se faz testemunha de uma verdade esquecida ou contestada, pela fidelidade ao apelo da consciência que nos orienta para o poder da solidariedade, da compaixão. Aquele que nos faz sair do cálculo dos interesses próprios, das injustiças e chegar a procurar o bem-comum.

A dinâmica do poder para a mulher é o poder de participação nas transformações pessoais, de classes e da sociedade.

É o poder da resistência... de marcar presença na ausência histórica.

2. O poder nas Escrituras

Ao percorrer as Escrituras percebemos que o poder é um atributo que carrega em si algo de divino. Ao navegar pelas páginas do Primeiro e Segundo Testamentos, vislumbramos como o poder de Deus se manifesta na proteção dos seus eleitos (Gn 12,2s; 28,13ss); na capacidade de abençoar (Gn 32,27-30) e de libertar seu povo (Ex 3,19; Dt

4. GALLAZZI, Sandro. “Celebrando as justiças de Javé” (Livro de Josué). *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana* (RIBLA). Petrópolis: Vozes, n. 2, p. 17-28, 1988/2.

4,32-39). Vemos o Onipotente que a cada momento nos dá a segurança da sua presença (Sl 132,8), até chegar a Jesus Cristo, no qual o poder se manifesta na capacidade de curar (Lc 5,17; Mc 5,30; Lc 8,46), de dialogar (Jo 4), de ir ao encontro, de sair de si mesmo.

Esse poder de Deus nos surpreende e muda completamente a nossa mentalidade, pois a maior manifestação do poder de Deus está justamente em assumir a forma limitada mostrando-se frágil até o extremo, libertando-nos a partir da mais impensável impotência. Acreditamos que esse tecido da História do poder de Deus nos traz inúmeros elementos que devagar vão formando em nossa interioridade o que realmente significa o termo “poder”.

A monarquia em Israel

Nos estudos atuais existem inúmeras controvérsias sobre o aspecto histórico desse período. Mas, esses novos modos de ver a História de Israel serão abordados e melhor iluminados nos artigos contidos nessa mesma revista. A nossa intenção aqui é navegar pelos escritos dos livros de 1 e 2 Samuel e 1 e 2 Reis e, “lincando” nesses livros, visualizar novas janelas sobre a atuação das mulheres nessa perspectiva do poder como uma capacidade inerente da condição humana e que se manifesta no encontro, na relação com outras pessoas. Esse artigo também não tem o objetivo de aprofundar exegeticamente os textos, de forma detalhada, mas o de trazer luzes para melhor visibilizar o papel da mulher que pode passar despercebido, ocultado nas interlinhas do texto.

Para desvelar a figura feminina na monarquia de Israel partimos dos seguintes pressupostos:

1) Os textos de Samuel e Reis pertencem à parte da chamada Obra Histórica Deuteronomista (OHDtr), que é marcada pelo contexto patriarcal e androcêntrico. Mas, mesmo partindo desse elemento, podemos encontrar narrativas que são expressões da anticultura, que desafia as estruturas dominantes e que veremos no decorrer deste artigo.

2) Os eixos teológicos desses escritos são direcionados para a *Teologia da Aliança*, marcada pela fidelidade de Deus em contraste com a infidelidade do povo; enfatizam a unicidade de Deus em contraposição à diversidade dos ídolos e a relação entre conversão e esperança.

3) Outro eixo é a *Teologia da Eleição*, que traz como tema: a Dinastia Davídica, a terra e a lei.

Como enfoques, ressaltamos: as atividades dos profetas e profetisas e a avaliação da atuação dos reis baseada na fidelidade à Aliança, já que o rei era um escolhido de Deus (1Sm 9,16) e o exercício do seu poder estava intrinsecamente ligado à fidelidade à realeza divina.

Provavelmente, podemos deduzir que poder e Aliança estão intimamente relacionados. Tendo presente a idéia antropológica do poder, cabe lembrar que a Aliança trazia determinadas exigências que implicavam na vivência ética da solidariedade, e eram expressas na fraternidade (Lv 19,15-18); na partilha dos bens (Dt 15,7; Ex 16,4); no exercí-

cio do poder como serviço (Dt 17,14-20; Ex 18,13-23); na não exploração do pobre (Ex 22,20-26; Dt 17,16), pois a existência de “um pobre” numa cidade era sinal da quebra da Aliança (Dt 15,7). Acreditamos que essas exigências trazem para nós novas luzes sobre como traçar um perfil do poder das mulheres nesse contexto de monarquia.

Perfil do poder das mulheres na monarquia em Israel

Ao depararmos-nos com os livros de Samuel e Reis somos surpreendidos com a quantidade de citações referentes às mulheres. Uma das primeiras fala de Ana, a mulher estéril (1Sm 1,9-2,10) na narrativa do nascimento de Samuel. Diante desse texto, vemos o poder da mulher de ser conhecedora dos mistérios da vida e de elaborar o seu cotidiano para além das chamadas organizações do poder oficial, ou seja, a mulher tem um acesso livre e direto a Deus sem grandes protocolos. Nessa proximidade de Deus, ela traz o seu sofrimento e confia no poder do amor benevolente de Deus (1Sm 1,11-20). Outro elemento interessante é o aspecto simbólico-religioso e o papel celebrativo presente na oração de Ana (1Sm 2,1-10). A oração revela a onipotência de Deus, que é a força e a esperança dos(as) marginalizados(as). Podemos também ressaltar a importância da espiritualidade como a capacidade humana de dialogar com o ser transcendente.

Outros exemplos que manifestam o poder das mulheres de encontrar saídas e de lutar contra as ameaças de morte são o da mulher viúva (1Rs 17,9-24), o da sunamita (2Rs 4,8-37), o da mulher pobre (2Rs 4,1-7). Elas depositam a sua confiança no poder de Deus. Nesse mesmo sentido, há o poder da compaixão com o outro e de aconselhar, num verdadeiro paradigma de fé que aparece na pessoa da serva de Naamã (2Rs 5). Não poderíamos esquecer de contemplar Resfa, a concubina e viúva de Saul que ficou cuidando dos seus filhos mortos, para não serem comidos pelos corvos. Por meio deste gesto profético, Resfa mostra a garra e o poder da mulher que luta para que a dignidade da pessoa seja respeitada (2Sm 21,1-14). Ele denuncia as injustiças (não cumprimento da lei: Dt 21,23) e desumanidade (na violência e no não evitar a maldição: 1Rs 14,11; 16,4; 21,23-24) de Davi.

Na atuação do poder das mulheres na monarquia de Israel percebemos esse aspecto do cuidado de uns para com os outros, da comunhão, da cooperação, tendo como único objetivo o bem comunitário. Isso é sublinhado na atuação das mulheres sábias (2Sm 14,1-24 e 20,1-20), que têm o poder de criar condições para que haja o perdão de Davi a seu filho Absalão, e na intervenção para salvar o povo do exército de Seba. Um dado interessante é Abigail (1Sm 25,2-42), que antecipa a profecia messiânica davídica, mas esse detalhe não é lembrado nos estudos da OHDtr, que privilegia o papel do profeta Natã em 2Sm 7. Temos também as mulheres que salvaram Davi (1Sm 19,11-17; 2Sm 17,20) e que ressaltam a coragem em defender a vida.

Na profetisa Hulda (2Rs 22,14-20) visualizamos o poder profético-religioso. Ela é porta-voz de Javé no tempo do rei Josias, confirmando a autenticidade das palavras contidas no Livro da Lei e legitimando a Reforma Religiosa em Judá (algo de extremo valor para a OHDtr). As suas palavras, marcadas pela Teologia da Aliança e da Retri-

buição, são acolhidas pelo rei (2Rs 22,15-20) como expressão da vontade de Deus. Encontramos também inúmeras expressões da igualdade sexual, como por exemplo em 1Sm 8,16; 22,19; 2Sm 6,19; 2Rs 17,17; 23,10, nos quais percebemos que mulher e homem têm as mesmas condições.

Por outro lado, podemos ver algumas atuações ligadas com a *perversão do poder* presente nas mulheres nesse contexto monárquico. O termo “rainha” na OHDtr era aplicado somente para as estrangeiras (cf. 1Rs 10,1-13), pois as israelitas não desfrutavam de uma posição institucional monárquica. As mães dos reis do Sul são mencionadas e em alguns casos são citados o nome do seu pai e sua origem, mas não os seus nomes. Isso se dá para garantir a Dinastia Davídica (cf. 2Rs 12,2; 14,2; 18,2; 22,1; 23,31; 24,8.18). Outras não podem exercer o poder mas interferem no governo do filho, como, por exemplo, nas citações de 1Rs 2,19-25 e 15,9-13. Além do título de “mãe do rei”, encontramos a expressão “dama” que é dada à mãe de Joaquin (2Rs 24,15) e de Asa (1Rs 15,13). Nesses dois casos, o termo “dama” é aplicado a essas mulheres por serem consideradas regentes, ou seja, tentavam resolver o problema da sucessão, já que seus filhos não tinham condições de assumir como monarcas.

Outra pessoa que recebe o título de dama é Jezabel⁵ (1Rs 16,29–2Rs 9). No Reino do Norte ela exercia a autoridade no reinado de Acab (874-853 aC; cf. 1Rs 17,2-7 e 21,8). Jezabel é avaliada negativamente pela OHDtr por ser uma adoradora de Baal, por perseguir o profeta de Javé e, junto com Acab e com os reis do Norte, é vista como causadora da destruição em 721 aC.

Ela exercia também a função administrativa dos templos de Baal na Samaria e mantinha a sua corte (1Rs 18,4.13.19). Podemos perceber que ela exercia o monopólio político, econômico e religioso. Como Jezabel era de origem fenícia ela não poderia conceber que a realeza em Israel não fosse absoluta e sim dependesse da unção do Senhor e, portanto, ela fosse chamada a exercer a justiça e o direito. Na narrativa da vinha de Nabot (1Rs 21) percebemos a forma mais perversa da atuação da mulher no poder. Jezabel é o paradigma, nesse relato da vinha de Nabot, daquilo que significa a total desvinculação entre o poder e a justiça, entre o poder e a Aliança. Mas, por outro lado encontramos em 2Rs 9,30-37 a legitimação da morte de Jezabel como uma forma de eliminar o baalismo de Israel e a cena traz uma violência tal que essa pobre mulher morre sem nenhuma dignidade como pessoa. Novamente, temos a perversão do poder, mesmo que o texto legitime tal atitude como algo justo por causa do mal que a mesma realizou.

No Reino do Sul

No Reino do Sul encontramos a Rainha Atalia, que tinha habilidades política e organizacional, permanecendo 6 anos no governo (841-835). Ela era proveniente do Norte (2Rs 8,18.26) e seu casamento com Jorão consolidou a aliança entre Israel e Judá. Com isso, é considerada ilegítima por não ter nascido na casa de Davi e por intro-

5. Quem desenvolve esse assunto é Athalya Brenner no seu livro *A mulher israelita – Papel social e modelo literário na narrativa bíblica*. São Paulo: Paulinas, 2001.

duzir o culto e o templo de Baal em Jerusalém (2Rs 11,18). Era conselheira do seu filho Ocozias e, quando este morre, ela mata todos os descendentes de sangue real para reinar (2Rs 11,1). Esse ato é visto como abominável pela OHDtr, que não leva em consideração que era uma prática comum para garantir o trono. Aconteceu com Davi (2Sm 21,1-14), Salomão (1Rs 2,13-25) e Jorão (2Cr 21,4). Só que a OHDtr implicitamente justificou essas ações. Atalia foi assassinada (2Rs 11,16), num golpe planejado pelos sacerdotes para a sucessão de Joás.

O que interessa ressaltar é a base ideológica da OHDtr, que associa à idolatria as mulheres estrangeiras (1Rs 11,2-4; 14,21.31; 16,31; 18,19; 2Rs 9,22). A idolatria era condenada por não ter uma dimensão ética e questionava a visão da unicidade de Deus. Aquelas que atuam contra a lei deuteronomista são consideradas sedutoras e imorais. Outras que de uma certa forma personificam o valor da feminilidade na sociedade patriarcal são consideradas sagazes, exemplares, respeitam a figura paterna e seus objetivos são voltados para a terra e a reprodução. Entre elas temos Sárvia, que é mencionada ao citar seus filhos como colaboradores na continuidade da Dinastia Davídica (2Sm 2,17-19; 21; 23; 1Rs 1-2).

Perversões do poder sobre a mulher

Podemos traçar também um perfil sobre *as perversões do poder sobre a mulher* no qual o poder da mulher é silenciado e em muitos momentos elas sofrem inúmeras violências e marcas do patriarcalismo. Encontramos inúmeras citações de mulheres nas quais não há referência aos seus nomes (1Sm 4; 9; 28; 2Sm 4; 5; 17; 14; 20; 1Rs 3; 7; 11; 14; 17; 2Rs 4; 5): elas são identificadas por seus pais ou maridos e consideradas propriedades desses homens. Também são utilizadas para consolidar as alianças e acordos (1Sm 17,25; 18,17.19.21). Existem casos em que o pai pede ao genro sua filha casada para dar a outro, significando corte na aliança (1Sm 24,44; 2Sm 3,16).

Também são incluídas nos bens dos homens (1Sm 30,22; 2Sm 19,5; 1Rs 20,3.5.7) e nos despojos de guerra (1Sm 30,2-3.5; 2Rs 25,4.10).

As narrações de violência sexual (2Sm 3,7-8; 2Sm 11; 2Sm 16,22; 2Sm 13; cf. Dt 22,25-26 e Dt 22,28-29) não levam em consideração a integridade sexual das mulheres, mas a violação da propriedade do homem⁶. Em outros momentos estão relacionadas com a legitimação do poder, como ao se violar a concubina de outro homem (1Rs 2,13-18.21; 2Sm 3,7-8; 16,21-22).

Outro aspecto interessante é que o poder de Deus é apresentado com princípios femininos, mas são utilizados termos masculinos e as deusas são consideradas ídolos, como Astarte (1Sm 7,3-4; 12,10; 31,10; 1Rs 11,5.33; 2Rs 23,4.7.13) e Ashera (cf. 2Rs 13,6; 17,16; 18,4; 21,3; 7,23; 23,6.15).

6. Para aprofundar-se nesse tema cf. Carolyn Pressler no artigo “Violência sexual e lei deuteronomica” contido no livro “De Êxodo a Deuteronomio” a partir de uma leitura de gênero. São Paulo: Paulinas, 2000 [organizado por Athalya Brenner].

Conclusão

Ao percorrer os livros de Samuel e Reis percebemos que os mesmos são adornados com a atuação de várias mulheres, que unem a suavidade e a firmeza para bordar com os fios da história o sentido da sua existência, que numa longa coreografia aos poucos descortina poder, aliança e justiça. São mulheres que desfraldam com ousadia o seu ser vulnerável, segredo do seu poder e de sua sabedoria, que trilham as veredas da esperança e carregam nas suas entranhas a certeza de uma humanidade orquestrada pelo Deus da Vida. Com isso têm a coragem de misturar ternura e garra, ingenuidade e alteridade, liberdade e escuta, hospitalidade e solidão, sabedoria e afetividade, e de enfrentar a linda aventura de, ao caminhar na finitude, alcançar o mistério da eternidade... talvez isso seja a real face do poder que traz no seu ventre um “quê” de mistério, de sacramental, de divino.

Leyde Maria M. Leite
Rua Catete, 510, apto. 406
Alto Barroca
30430-520 Belo Horizonte, MG
e-mail: matriarca@brfree.com.br

Zuleica Aparecida Silvano
Av. Afonso Pena, 2142
Funcionários
30130-007 Belo Horizonte, MG